

1 ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO DA  
2 ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CBH  
3 GRANDE.

4 Em dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, deu-se início a reunião do Grupo  
5 de Trabalho e acompanhamento da elaboração do Plano Integrado de Recursos  
6 Hídricos da bacia do rio Grande, na sede do Conselho Regional de Engenharia e  
7 Arquitetura (CREA) no município de Andradas/MG. Estiveram presentes os seguintes  
8 representantes: Edgar Machado (ANA), Wagner Vilella (ANA), Laura Bertolino de S.  
9 Lima (IGAM/MG), Patrícia Cláudia Daóglia (Prefeitura de Catanduva), Luiz Eduardo  
10 Gomes (COPASA), João Cabrera Filho (ABAG), José Ediberto da Silva (ADISMIG),  
11 Antônio Carlos (Prefeitura de Andradas), Débora Riva Tavanti (FIESP), Cristiane  
12 Guiroto (ABAS), Paulo Finotti (Soderma). Participaram como convidados: Gilberto  
13 Coelho (UFLA), Maria Izabela de Souza (CREA-MG), Threyse Silva (FIEMG), Thainá  
14 Milena (APCRC), Cláudio Garcia (CBH – BPG), Adriano Valerio (Iris-MG), Angela Maria  
15 Cruz, Hélio Suleiman (CBH Grande – DAAE), Ceci Caprio (Semae), Luiz Braga  
16 (Semae). Representantes da Engecorps: Daniel Thá, Aída Pereira. Antonio Carlos  
17 representante do município de Andradas trouxe para a reunião um manifesto  
18 destacando a existência, no âmbito da bacia do rio grande, da exploração mineral de  
19 urânio que já se encerrou, porém deixou um passivo que interferem na qualidade de  
20 água dos municípios de estão próximos a Poços de Caldas. Este manifesto foi  
21 encaminhado à Engecorps para que nos relatórios de Planos de Ação do PIRH rio  
22 Grande seja esboçado ações que envolvam estudos ambientais específicos de  
23 levantamento dos impactos da mineração de urânio para a população da bacia,  
24 viabilizando futuramente acionar as entidades responsáveis pelo manejo da área  
25 mencionada. Antonio Carlos informou que o manifesto será lido na plenária do CBH. Em  
26 seguida, Debora Riva (FIESP) oportunamente, expôs suas dúvidas e sugestões de  
27 modificação para o relatório de prognóstico. Quanto à página 09, questiona o parágrafo:  
28 “A combinação dessas duas premissas resultou no estabelecimento de um Cenário de  
29 Contingência, que não deve ser tratado como um cenário específico de planejamento,  
30 mas como um estado limite para o qual a bacia deverá estar preparada caso se  
31 confirmem as previsões resultantes dos modelos globais de mudanças climáticas.”  
32 Justificando que especialistas indicaram que os modelos de mudanças climáticas não  
33 são adequados para aplicação na escala de bacia. Seria importante que este aspecto  
34 fosse esclarecido e destacado no relatório. Ou seja, quais as limitações das simulações  
35 e dos modelos de mudança climática na escala estudada. Além disso, segundo o próprio  
36 texto: “Devido à divergência no sentido da mudança entre os modelos climáticos  
37 utilizados, observa-se, nessas figuras, que a combinação matemática obtida por meio  
38 da média aritmética simples considerando todas as alternativas de modelagem climática  
39 não resulta em mudanças significativas em relação à disponibilidade hídrica do  
40 presente. Contudo, em microbacias localizadas, as vazões de estiagem Q95% e Q7,10  
41 apresentam diferenças em relação às vazões calculadas na etapa de Diagnóstico,  
42 algumas para maior, algumas para menor”. Indo nesta linha, a adoção de cenário de  
43 contingência, é muito confusa, tendo em vista que situações de contingência e sua  
44 gestão devem ser previstas para situações extremas que não necessariamente possam  
45 ser causadas por mudanças climáticas e sim por eventos hidrológicos extremos,  
46 conforme histórico e condições na bacia. Sugere-se que o termo e ações relativas a  
47 contingência sejam revistos, até para ficar coerente com os termos usados pela gestão  
48 atual, inclusive em SP. Quanto à redação da página 42 a consideração de vazões de

49 referência com base em estudos de mudança do clima possui alto grau de incerteza.  
50 Não deve ser utilizado para emissão de outorgas ou ações de curto prazo; vale a pena  
51 destacar isso no texto. Na página 49 cita que a indústria possui um uso representativo...  
52 questiona se é isso mesmo. Na página 53, ajustar o termo “consumo” de água da  
53 indústria ou de outros usos, quando se refere a demanda. Nestes casos, usar  
54 retirada/demanda, pois consumo é a parcela da demanda que não retorna sob forma  
55 de efluente. Na página 79, para as figuras perfil das demandas”, sugere-se usar  
56 “abastecimento humano” ao invés de “população”; Nas páginas 130-131, os quadros  
57 trazem uma síntese de áreas críticas, indicando apenas indústria e irrigação... onde está  
58 o uso urbano? Da forma como está, equiparam à irrigação. Quanto ao quadro 5.4, cita  
59 que, para a avaliação e indicação de ações “QUADRO 5.4 – CRITÉRIOS PARA  
60 IDENTIFICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ARQUÉTIPOS – COMPONENTE  
61 QUALITATIVO” o tratamento de esgotos deve ser priorizado em qualquer cenário se ele  
62 (o tratamento) for inexistente. Por que só nos cenários de maior pressão se ele é  
63 obrigatório do ponto de vista legal? Quanto ao cenário de contingência, a menção do  
64 risco torna este cenário confuso já que este cenário avalia somente a questão da  
65 disponibilidade. Se for abordada a questão de riscos, outros riscos deveriam ser  
66 contemplados em cenários de contingencia. Além disso, reiterando o que já foi  
67 comentado no item 1, sugere-se rever esta abordagem e, se houver justificativa técnica  
68 para contemplar qualquer alteração de demanda que seja representativa/significativa  
69 devido as mudanças climáticas na escala analisada, ela deverá ser incluída nos  
70 cenários já contemplados, e não com o nome de contingencia. Por fim, a Sr. Aída  
71 Pereira, representante da Engecorps, citou as modificações já acatadas e realizadas  
72 pela empresa que foram enviadas por email pelas representantes Laura Lima (Igam) e  
73 Cristiane Guiroto (ABAS), que pediu a palavra para ressaltar a necessidade de  
74 modificação nos dados dos poços de captação água subterrânea na bacia no relatório  
75 de prognóstico do PIRH Grande.

76 Ribeirão Preto, 16 de novembro de 2016.